

# ANEXO I

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO.........................................................................................06**

**1 FUNDAMENTOS LEGAIS .................................................................07**

**2 DIAGNÓSTICO....................................................................................09**

2.1 Perfil demográfico e socioeconômico de Tigrinhos ..............................................09

2.2 Educação Básica ................................................................................................... 19

2.2.1Etapas da Educação Básica *..........................................................................* 19

2.2.1.1 Educação Infantil .............................................................................. 20

2.2.1.2 Ensino Fundamental.......................................................................... 24

2.2.1.3 Ensino Médio .................................................................................... 33

2.2.2Modalidades da Educação Básica *.*............................................................... 40

2.2.2.1 Educação Especial ............................................................................ 40

2.2.2.2 Educação de Jovens e Adultos .......................................................... 43

2.2.2.3 Educação Profissional e Tecnológica................................................ 47

2.2.2.4 Educação em Tempo Integral.............................................................48

2.3 Educação Superior.....................................................................................................48

2.4 Profissionais da Educação Básica ............................................................................ 49

2.5 Gestão Democrática da Educação ........................................................................... 52

2.6 Financiamento da Educação .................................................................................... 54

**03 METAS E ESTRATÉGIAS ................................................................................... 55**

**LISTA DE SIGLAS ..................................................................................................... 82**

**REFERÊNCIAS ........................................................................................................... 84**

# INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) constitui-se um conjunto metas e estratégias que buscam atender as demandas na área da educação no município, com prazo de dez anos de duração e institucionalizado por meio de Lei Municipal, articulada a uma legislação estadual e nacional, para os anos de 2015 a 2025.

Foi realizado o diagnóstico de todos os níveis e modalidades de ensino, da formação dos professores e do financiamento e da gestão do ensino. Inclui-se a comissão de acompanhamento e avaliação do PME.

Acredita-se que o PME é um instrumento que irá tornar a educação uma prioridade municipal. Todavia, a sua efetivação depende do esforço integrado e compartilhado entre o Poder Executivo, Legislativo, dirigentes escolares, professores, alunos, famílias e a sociedade como um todo.

Se cada um fizer a sua parte, com certeza as diretrizes e metas propostas no PME, tornar-se-ão realidade.

O Plano Municipal de Educação contou com a Coordenação do Conselho Municipal de Educação-COMED do Município e da Equipe Técnica, empossada pela ata n°04/2014, sendo membros da Rede Municipal de Ensino: Roseli de Oliveira e Jacinta Gotardo, Rede Estadual de Ensino: Paulo Fernando Farinon e Cleide Feltes Debastiani, Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Iara Gohlke e Marcia Adriani de Oliveira, Vera Lucia Baczinski, Rachel Simone Farias e Gilnei Jose Debastaini Representantes do Executivo e Administrativo: Maicon Bruxel e Luciane Pissato, Representantes do Poder Legislativo: Fernando Martim e Gilberto Cibulski, com o apoio e organização da Secretaria Municipal de Educação, tendo como responsável a professora Vera Lucia Baczinski, com a participação efetiva dos professores, alunos e comunidade de Tigrinhos.

O Plano Nacional, Estadual e Municipal deve compor um conjunto integrado e articulado. Integrado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas aqui estabelecidas. Articulado com toda a comunidade escolar e a sociedade civil.

É fundamental esclarecer que o Plano Municipal de Educação não é um plano de governo, mas sim, uma política da Educação de Tigrinhos. A história, a geografia, a demografia do Município, e a proposta de desenvolvimento determinam as metas e estratégias das ações educacionais.

Após a realização de amplo diagnóstico, da atual situação dos diferentes níveis e modalidades de ensino, da formação dos professores, do financiamento e da gestão do ensino, pode-se conhecer a realidade educacional do Município.

O PME de Tigrinhos rege transparência e a divulgação à sociedade local, bem como o acompanhamento, controle e execução do mesmo

**1 FUNDAMENTOS LEGAIS**

O artigo 214 da Constituição Federal torna o Plano Nacional de Educação decenal e obrigatório. Este Plano deve articular ações de todos os entes federados e os obriga a aprovarem, por seus poderes legislativos, planos estaduais de Educação (PEE) e planos municipais de educação (PME), com igual duração de dez anos.

A Lei 13.005/14 que estabelece o PNE onde determina em seu Art.8º que:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei (BRASIL, 2014).

Devido à autonomia federativa, estados e municípios podem decidir quando e como elaborar seus planos, desde que respeitando os dispositivos legais brasileiros, principalmente a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Municipal de Educação tem respeitado as diretrizes gerais do PNE - Lei 13.005/2014, no artigo 2° apresenta as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; X - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

O Plano define os objetivos gerais levando em conta o PNE, lei maior do país em termos de educação e os objetivos específicos relacionados à realidade e as necessidades do Município de Tigrinhos.

A LDB (1996), em seu artigo 9º estabelece que a união incumbir-se-á de “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

Ainda do PNE, Lei 13.005/2014, no artigo 8º, destacam as estratégias a serem consideradas na formalização dos planos:

§ 1o  Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais. (BRASIL, 2014)

O Município está limitado pela LDB, no artigo 11:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer a educação infantil, em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.(BRASIL, 1996)

Segundo o que está disposto na LDB no artigo 5°:

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associações comunitárias, organização sindical, entidades de classe ou outras legalmente constituídas, e, ainda o ministério público, acionar o Poder Público para exigi-lo.§ 1º - Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: I – Recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiverem acesso; II – Fazer-lhes a chamada pública; III – Zelar, junto aos pais e responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1996, Art. 5º)

Assim, o PME, embora vá dar conta de prever políticas e fixar objetivos para a educação de todos os níveis, etapas e modalidades, em concreto vão lidar e se responsabilizar somente com demandas e recursos para a sua rede atual e futura na educação infantil e fundamental, com ações a curto, médio e longo prazo.

No município de Tigrinhos através da Lei Municipal n° 072/1997, no artigo 7º, na letra j, destaca que compete ao Conselho Municipal de Educação, propor, aprovar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação.

No sentido de promover com eficiência as ações da área da educação no município de Tigrinhos, apresenta-se o Sistema Municipal de Ensino, instituído pela Lei número 105/1997, o Sistema Municipal de Educação, constituído de 66 artigos que definem a educação, bem como os seus princípios e fins, ressaltando a organização, as atribuições dos estabelecimentos de ensino, dos docentes, da gestão de ensino, dos níveis de ensino e das modalidades da educação, enfatizando também a importância da educação continuada e os recursos financeiros destinados a educação.

O município de Tigrinhos, tendo um plano municipal desde o ano de 2007, aprovado pela Lei Municipal Nº 459/2007 segue as determinações da legislação e procede à adequação dele e através da Lei Complementar nº 014/2010, alterou e aprovou o Plano de Cargos e Salários.

**2 DIAGNÓSTICO**

2.1 Perfil demográfico e socioeconômico de Tigrinhos

# O município de Tigrinhos localiza-se no Extremo-Oeste de Estado de Santa Catarina no Brasil. Situando-se a uma distância aproximada de 700 km da capital do Estado.

A área total corresponde a 57,20km2, limitando-se ao Norte com Santa Terezinha do Progresso, Leste com Bom Jesus do Oeste, ao Sul com Maravilha e Oeste com São Miguel da Boa Vista.

Segundo a lei nº 9.921 de 29 de setembro de 1995, Tigrinhos foi desmembrado do município de Maravilha. O nome está ligado ao fato pitoresco ocorrido em meados de 1950, em que caçadores encontraram dois filhotes de tigres a beira do riacho que hoje atravessa a cidade.

Sua história inicia em meados da década de 1940, quando pequenos agricultores oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, em busca de prosperidade, aventuraram-se ao Extremo Oeste de Santa Catarina, desmembrando, abrindo picadas e colonizando terras. Até então, existiam apenas a mata fechada, principalmente pinheiros.

Estes imigrantes descendentes de alemães, italianos e poloneses, maravilhados pela vasta extensão e qualidade do solo, aos poucos foram fixando-se na região. Incentivados pela Companhia Territorial Sul Brasil, dona das terras, a qual vendia aos agricultores o direito de nelas trabalharem.

A grande quantidade de pinheiros, cedro e louro fazia com que a Companhia desmatasse a região e transportasse as toras, de balsa, através do Rio Uruguai, passando pelo Porto Passarinhos, próximo a Irai - RS, assim, a mata fechada cedia lugar as picadas e consequentemente, as estradas. A base de subsistência da população era agricultura, cultivavam todos os alimentos necessários para sua sobrevivência.

Atualmente, as principais atividades econômicas do município são agrícolas, com grande diversidade de produção leiteira, avicultura de corte, pecuária e suinocultura. A realidade agrícola em nosso município é diferenciada, enquanto, poucos proprietários detêm grandes quantidades de terras, a maioria dos agricultores possui pequenas propriedades.

Observa-se uma vegetação composta basicamente de reflorestamento de araucária, eucalipto e uva japonesa. Restam ainda alguns recantos de matas nativas, e raros exemplares de pinheiro brasileiro ou araucária nativa nas encostas dos córregos e sangas, onde resistem também os angicos e ipês recompondo a vegetação. Com um clima mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 18,3 °C, altitude de 620 m acima do nível do mar, longitude 53° 9’ 29’’, latitude 26° 41’ 16’’.

Na parte de infraestrutura no município, a partir de 1972 através de um acordo com moradores e da Ceraçá - Cooperativa de eletrificação rural Vale do Araçá, iniciou-se a instalação da luz elétrica. Hoje, quase a totalidade da população tem acesso a mesma, contando com programas de incentivos governamentais.

Quanto a telefonia, o município possui rede de comunicação na cidade, a maioria das comunidades há deslocamento de uma linha com sistemas de ramais. Com as tecnologias atuais destaca-se o uso do telefone celular, computador, rádio, internet, jornal, etc.

O meio de transporte é apenas terrestre, viabilizado através de algumas linhas de transporte coletivo, transporte escolar e grande quantidade de veículos particulares. Atualmente, o tráfego acontece por estrada de chão, calçamento, e asfalto que liga ao município de Maravilha.

Tabela 1: População - Município de Tigrinhos, no Município de Tigrinhos SC

|  |  |
| --- | --- |
| POPULAÇÃO | QUANTIDADE |
| URBANA | **343** |
| RURAL | **1414** |
| TOTAL | **1757** |

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010[[1]](#footnote-1)

Com a realização do último Censo Demográfico no ano de 2010, é possível identificar o número de pessoas do município de Tigrinhos por faixa etária.

Tabela 2: População de Tigrinhos Divisão por Faixa Etária

| **Informações sobre o Município de Tigrinhos** | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **População(1) (Localização / Faixa Etária)** | **Ano** | **0 a 3 anos** | **4 a 5 anos** | **6 a 14 anos** | **15 a 17 anos** | **18 a 24 anos** | **25 a 34 anos** | **35 anos ou Mais** | **Total** |
| **FONTE: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007; (2) IBGE - 2008, A PREÇOS CORRENTES (1 000 R$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD - 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA - UNICEF - 2004;(5) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000**  **NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA NOS DOMICÍLIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENSEADA. NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA.** | | | | | | | | | |
| **Urbana** | 2000 | 7 | 4 | 43 | 37 | 23 | 16 | 84 | 214 |
| 2007 | - | - | 15 | - | 7 | - | 8 | 30 |
| 2010 | 21 | 6 | 41 | 18 | 39 | 50 | 168 | 343 |
| **Rural** | 2000 | 89 | 78 | 339 | 97 | 158 | 217 | 686 | 1.664 |
| 2007 | 59 | 46 | 236 | 105 | 164 | 161 | 677 | 1.448 |
| 2010 | 48 | 30 | 198 | 90 | 151 | 171 | 726 | 1.414 |
| **Total** | 2000 | 96 | 82 | 382 | 134 | 181 | 233 | 770 | 1.878 |
| 2007 | 59 | 46 | 251 | 105 | 171 | 161 | 685 | 1.478 |
| 2010 | 69 | 36 | 239 | 108 | 190 | 221 | 894 | 1.757 |
| **PIB(2)** | **IDH(3)** | | **IDI(4)** | | **Taxa de analfabetismo(5)** | | | | |
| 20.126 | 0.74 | | 0.68 | | **População de 10 a 15 anos** | | | **População de 15 anos ou mais** | |
| 2.00 | | | 13.90 | |

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000 e 2010[[2]](#footnote-2)

Podemos verificar abaixo a porcentagem da população e o número da população pela faixa etária.

Tabela 3: Número e Percentual da População do Município de Tigrinhos Pela Faixa Etária

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **IDADES** | **NÚMERO DE PESSOAS** | **PORCENTAGEM** |
| 0 a 3 anos | 69 | 3,92% |
| 4 a 5 anos | 36 | 2,04% |
| 6 a 14 anos | 239 | 13,60% |
| 15a 17anos | 108 | 6,14% |
| 18 a 24 anos | 190 | 10,81% |
| 25 a 34 anos | 221 | 12,57% |
| 35 anos a mais | 894 | 50,88% |
|  | 1.757 habitantes |

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010[[3]](#footnote-3)

Visualizando o gráfico abaixo, podemos perceber que a população de Tigrinhos é maior na faixa etária de 35 anos de idade a mais, sendo que um percentual de 50,88%, ou seja, 894 habitantes.

Figura 1: População Tigrinhense Por Faixa Etária

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010[[4]](#footnote-4)

Com um IDH municipal (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,741, este quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade de vida da população.

Devido a pouca oferta de trabalho existente em nosso município, grande número de pessoas especialmente os jovens, acabam migrando para cidades vizinhas e grandes centros em busca de empregos. Ainda, muitas pessoas residem no município e trabalham em cidades vizinhas. Existem muitos aposentados e pensionistas com influência direta na economia do município.

No que se refere à saúde, contamos com um centro municipal de saúde bem estruturado, para oferecer atendimento a toda população. Com atendimento preventivo, realizado por médicos, enfermeiros, agentes de saúde, dentista, psicólogos e demais profissionais da área. Os atendimentos ambulatoriais são realizados na própria unidade, enquanto os casos mais graves são encaminhados para os centros maiores. Destacando-se o convênio da prefeitura com o Hospital São José de Maravilha, onde há um atendimento de plantão de saúde urgente, em horário que não é possível atendimento no Centro de Saúde.

O município de Tigrinhos possui rede de esgoto sanitário, são utilizadas fossas e valas de infiltração, que caracteriza o sistema primário. Existem grandes quantidades de dejetos nos cursos de água que corta a cidade. No que se refere ao trabalho de fiscalização de obras e edificações, estão sendo orientados os moradores sobre a correta construção de fossas, visando melhores condições gerais de saneamento básico no município. Bem como a preservação e realização de projetos sobre os rios que banham o município: Rios Jundiá, Barra Suja, afluentes do Lajeado Tigrinhos.

Com objetivo de preservar e melhorar o meio ambiente, é feito a coleta seletiva do lixo três vezes por semana, depois de separado nos locais de origem, é enviado para o seu destino, através de serviço terceirizado.

O município de Tigrinhos é composto por 09 comunidades: Boa Esperança, Linha Fátima, Linha Lajeado da Trindade, Linha Secchi, Linha Nova, Coroa da Serra, Linha São João, Lajeado do Tigre, Cabeceira do Tigrinhos.

A instalação oficial deu-se no 1º dia do ano de 1997, juntamente com a posse do 1º prefeito e dos vereadores que compunham a 1ª Legislatura, escolhidos democraticamente, através do voto direto e secreto, no dia 03/10/1996.

A economia é essencialmente agrícola, baseada na produção de milho, soja, feijão, fumo, além da bovinocultura de leite e suinocultura, avicultura e, em menor escala piscicultura.

De acordo com IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, o qual é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional e o município de Tigrinhos apresenta os seguintes índices.

Tabela 4: Dimensões e Índices de Sustentabilidade do Município de Tigrinhos

|  |  |
| --- | --- |
| DIMENSÃO | INDICE |
| Sociocultural | **0,706** |
| Econômica | **0,666** |
| Ambiental | **0,406** |
| Político Institucional | **0,711** |

Fonte: IDMS [[5]](#footnote-5)

Segundo IBGE/2010, a Remuneração Média dos Trabalhadores Formais é de R$ 1.437,12. O Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza é de 13,27%.O PIB per capita é de R$ 14.012,69.

O município apresenta a existência de Conselho Municipal de Habitação em atividade, Existência de Fundo Municipal de Habitação, Existência de Cadastro ou Levantamento de Famílias Interessadas em Programas de Habitação,

O Percentual de Domicílios, segundo IBGE/2010 com energia elétrica de companhia distribuidora é de 98,96%.

É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 96,7% dos domicílios.

Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 98,3% dos domicílios particulares permanentes e 3,8% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram, a coleta de lixo atendia 100% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 96,1% dos domicílios particulares permanentes e 1,7% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. O município possui um Depósito de Lixo com locais licenciados.

A Cobertura da Atenção Básica abrange 100% População Atendida por Equipes de Saúde Bucal, conforme SES-SC / R/2013[[6]](#footnote-6), o percentual de 100% da população com Cobertura da Estratégia de Saúde da Família, de acordo com SES-SC / R/2013[[7]](#footnote-7)).

As consultas de pré-natal são importantes para a saúde da mãe e da criança. No município, 89,66% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 7 ou mais consultas de pré-natal. De acordo com dados do Ministério da Saúde, não ocorreu mudança na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. Em 2008, a cobertura era de 100% e permaneceu no mesmo índice em 2012.

Áreas de Matas e Florestas Naturais Preservadas nas Propriedades Agropecuárias, conforme, MP/SC/2006[[8]](#footnote-8) é 12%, da área total.

O município de Tigrinhos realizou a Adesão ao Sistema Nacional de Cultura, de acordo com (MinC/2013)[[9]](#footnote-9) e possui a Existência de Conselho Municipal de Cultura em atividade.

No campo religioso, a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, iniciou a formação de sua comunidade em 1954, com 9 membros. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana constitui-se de uma comunidade, fundada em 1958. A Igreja Católica formou-se na comunidade, com 19 famílias, em 1959. Embora sejam diversos os grupos de cunho religioso organizados, com seus cultos diferentes, existe diálogo e harmonia entre eles. Atualmente existem no município além das elencadas diversas outras religiões.

Referente ao mercado de trabalho os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho. Os dados do Censo permitem conhecer a inserção ou não, das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 0,3% e é menor que a do Estado que é de 1,3%, conforme dados IBGE/ 2010.

Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 40,1%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 13,1%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 10,4% tinham carteira assinada, 14,0% não tinham carteira assinada, 50,9% atuam por conta própria e 0,4% de empregadores. Servidores públicos representavam 11,4% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 13,1% dos ocupados.

Conforme dados do IBGE/2010, no município, a taxa de extrema pobreza da população era de 12,99%. No Censo Demográfico de 2000 o percentual de moradores com 60 anos ou mais, com renda per capita de até ¼ do salário mínimo era de 0,9%, percentual esse que aumentou para 1,1% no Censo de 2010.

O município de Tigrinhos por ser ainda um município de pequeno porte apresenta no ano letivo de 2.015 um total de 455 alunos matriculados , todos estudando nas redes municipal e estadual de ensino, na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. E cerca de 25,05% estudam na educação infantil, 53,40% cursam o ensino fundamental e 14,94% o ensino médio.

Tabela 5: Distribuição dos Alunos por Modalidade de Ensino no Ano de 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MODALIDADE** | **ALUNOS** | **PORCENTAGEM** |
| Educação Infantil | 114 | 25,05% |
| Ensino fundamental | 243 | 53,40% |
| Ensino médio | 68 | 14,94% |

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação[[10]](#footnote-10)

Através da tabela a seguir podemos avaliar o desenvolvimento do número de matrículas no município de Tigrinhos e podemos observar que apenas na educação infantil houve acréscimo no número de alunos matriculados, já no ensino fundamental e ensino médio o número foi decaindo de um ano para o outro.

Tabela 6:Número de Matrículas por Modalidade de Ensino no Município de Tigrinhos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TABELA DO NÚMERO DE MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS** | | | |
| Ano | Modalidades de Ensino | | |
| Educação Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio |
| 2011 | 59 | 224 | 78 |
| 2012 | 72 | 233 | 71 |
| 2013 | 84 | 237 | 70 |
| 2014 | 103 | 217 | 72 |
| 2015 | 114 | 243 | 68 |

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[11]](#footnote-11)

Na figura abaixo, entre os anos 2012 e 2015, podemos observar o aumento de matrículas na educação infantil, o ensino fundamental manteve-se na mesma margem de matrículas, já o ensino médio apresenta uma leve diminuição no número das matrículas entre os anos de 2012 e 2015.

Figura2: Número de Matriculas nas Modalidades de Ensino

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[12]](#footnote-12)

O número de matrículas vem aumentando a cada ano no município, em 2011 era de 361 alunos matriculados nas dependências administrativas e em 2015 o número é de 455 matriculas, a tabela mostra o número de alunos entre os anos de 2011 a 2015.

Tabela 7: Número De Matrículas Nos Últimos Anos No Município

|  |  |
| --- | --- |
| **NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS**  **ÚLTIMOS ANOS NO MUNICÍPIO** | |
| ANO | ALUNOS |
| 2011 | 361 |
| 2012 | 376 |
| 2013 | 391 |
| 2014 | 392 |
| 2015 | 455 |

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[13]](#footnote-13)

Na figura abaixo também podemos perceber o aumento do número de alunos no município de Tigrinhos, tendo como referência os anos de 2011 a 2015.

Figura 3: Número De Matrículas Nos Últimos Anos No Município

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[14]](#footnote-14)

2.2 Educação Básica

A Educação Básica de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Art. 21. “Organiza-se em: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior”.

Para melhor entender a Educação Básica no que tange ao município de Tigrinhos segue indicadores educacionais e suas respectivas etapas, e modalidades.

2.2.1 Etapas da Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem como finalidade assegurar o direito à educação para todos os brasileiros, ao mencionar às etapas e modalidades da Educação Básica, destaca no artigo 4º que:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)a) pré-escola; [(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1),b) ensino fundamental; [(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1),c) ensino médio; [(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;  [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)(BRASIL,1996)

Como as etapas da Educação Básica compreendem a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e apresentaremos em seguida à relação dos Alunos matriculados por dependência administrativa.

São três os estabelecimentos de Ensino no Município de Tigrinhos:

\* Municipais:

* Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef - localizado na Rua Valdemar Stieler, nº. 42.
* Centro de Educação Infantil Proinfância Criança Sorriso - localizado na Rua Valdemar Stieler.

\*Estadual:

* Escola de Educação Básica Osvaldo Ferreira de Mello - localizada no Lajeado Tigre.

Para conseguir verificar mais precisamente o número de alunos matriculados no ano letivo de 2015, iremos apresentar o número de matrículas por dependência administrativa.

2.2.1.1 Educação Infantil

A Educação Infantil caracteriza-se como a primeira etapa da Educação Básica e conforme artigo 29 da LDB:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.     [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1) E Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.  [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)( BRASIL,1996.)

Os Alunos matriculados na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, no CEI. Proinfância Criança Sorriso o número de alunos matriculados no ano inicio do ano letivo de 2015, na etapa creche é de 78 alunos e na pré-escola 36 alunos.

Tabela 8: Número de Alunos Matriculados na Creche Etapa Educação Infantil

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Turma | Número de alunos | Turno |
| MATERNAL 1 | 17 | Vespertino |
| MATERNAL 2 | 28 | Vespertino |
| MATERNAL 3 | 33 | Vespertino |
| TOTAL | 78ALUNOS | |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 9: Número de Alunos na Pré-escola Etapa Educação Infantil

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Turma | Número de alunos | Turno |
| PRÉ I | 17 | Matutino |
| PRÉ II | 19 | Matutino |
| TOTAL | 36 ALUNOS | |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Na figura que segue podemos verificar que a modalidade da creche na Unidade Escolar CEI. Proinfância Criança Sorriso da Rede Municipal de Ensino apresenta maior número que a Pré - Escola.

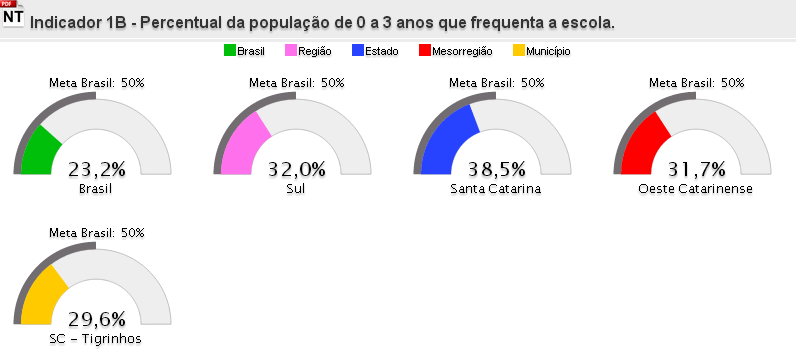
Figura 4: Número de Alunos Matriculados na Creche e Pré-escola

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O município oferece em tempo parcial creche em turmas de Maternais, a partir de 1 ano completo até 31 de março do ano letivo, como perante a legislação não é obrigatória a matrícula nesta modalidade de ensino, a rede atende toda a demanda, sendo que não oferece atendimento para crianças menores de 1 ano de idade.

Conforme dados do IBGE/2010e PNAD (Nacional por Amostra de Domicílios)2013 o percentual da população de 0 a 3 anos que frequentava a escola no município de Tigrinhos era de 29,6%, em um total de 69 crianças.

Figura 5: Percentual da População de 0 de 3 aos que Frequenta a Escola



Fonte: MEC/SIMEC [[15]](#footnote-15)

Atualmente o município de Tigrinhos atende a demanda de 78 crianças, sendo maior que a apresentada pelo IBGE/2010, que era de 69 crianças nas idades de 0 a 3 anos de idade.

Nota-se conforme tabela abaixo que na Rede Municipal de Ensino aumentou nos anos de 2014 e 2015 o número de atendimento nas idades de 0 a 3 anos de idade, pois passou a atender as crianças a partir de 1 ano de idade completo até 31 de março do ano letivo.

Tabela 10: Número de Atendimento nas Idades de 0 a 3 Anos

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Idade de 0 a 3 |
| 2010 | 33 |
| 2011 | 27 |
| 2012 | 32 |
| 2013 | 37 |
| 2014 | 64 |
| 2015 | 78 |

FONTE: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[16]](#footnote-16)

Em relação ao PNE percebemos que o município tem como meta a ser atingida, ampliar a oferta de educação infantil, em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos de idade, até o final da vigência deste PNE.

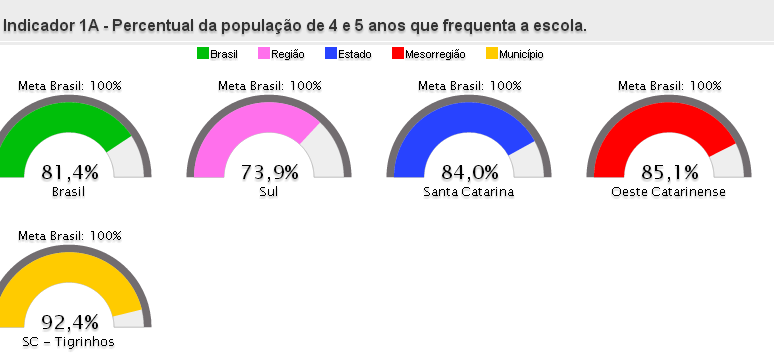
Atualmente está sendo atendido um número de 72 crianças, para essa faixa etária, na unidade escolar, o que já é maior que a população apresentada no último censo do IBGE/2010 que era de 69 crianças, a partir dados disponíveis da Unidade de Saúde em 2015 são um universo de 82 crianças nesta faixa etária. O que corresponde ao percentual de 87% de atendimento na etapa Creche.

No Município não frequentam a Unidade Escolar de Educação Infantil, apenas as crianças cujas famílias não tem interesse de matricular e as crianças menores de 1 ano de idade, pelo fato da Rede Municipal de Ensino não oferecer matrículas para essa faixa etária.

Conforme o PNE, a meta é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e sendo também obrigatório a matrícula de quatro e cinco anos, fica mais fácil o cumprimento da meta.

Na etapa de Pré-escola o Município também atende toda a demanda em tempo parcial. Segundo dados do IBGE/2010e PNAD/2013 o percentual da população de 4 a 5 anos que frequentava a escola no município de Tigrinhos na modalidade de Pré escola era de 92,4%.

Figura 6: Percentual da População de 4 a 5 anos que Frequentava a Escola



Fonte :MEC/SIMEC [[17]](#footnote-17)

Conforme tabela abaixo e de acordo com o censo IBGE ano 2010, o número de crianças nas idades de 4 e 5 anos era de 36, nota-se conforme tabela abaixo que a Rede Municipal de Ensino aumentou o número de atendimento na Unidade Escolar de Educação Infantil , na pré escola, superando o número da população para essa faixa etária, nos anos de 2012,2013 e 2014.

Tabela 11: Número de Atendimento nas Idades de 4 a 5 Anos

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Idade de 4 a 5 |
| 2010 | 30 |
| 2011 | 32 |
| 2012 | 40 |
| 2013 | 46 |
| 2014 | 39 |
| 2015 | 36 |

FONTE: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[18]](#footnote-18)

2.2.1.2 Ensino Fundamental

Conforme definições da LDB, no artigo 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm#art3) com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos), buscando I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

O Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef, a partir do ano de 2010 passou a atender somente as turmas dos anos iniciais (1º ao 5º anos), passando as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) para a Rede Estadual de Ensino.

Na Unidade Escolar Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef, as aulas são nos turnos matutino e vespertino e no ano de 2015, são 120 alunos matriculados.

Tabela 12: Número de Alunos Matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Turma | Número de alunos | Turno |
| 1º ANO | 22 | VESPERTINO |
| 2º ANO | 20 | VESPERTINO |
| 3° ANO | 28 | VESPERTINO/MATUTINO |
| 4°ANO | 20 | MATUTINO |
| 5°ANO | 30 | MATUTINO |
| TOTAL | 120 ALUNOS | |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Na figura abaixo podemos verificar que a turma do 5º ano tem maior número de alunos do que as demais modalidades.

Figura 7: Número de Alunos Matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A Rede Estadual de Ensino conta com uma Unidade Escolar, sendo a Escola de Educação Básica Osvaldo Ferreira de Mello com o seguinte número de alunos matriculados no ano letivo de 2.015, nos Finais do Ensino Fundamental, sendo 123 alunos matriculados.

Tabela 13: Número de Alunos Matriculados no Ensino Fundamental na Rede Estadual

|  |  |
| --- | --- |
| **ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL** | **ALUNOS** |
| 6º ANO | 20 |
| 7° ANO | 43 |
| 8° ANO | 20 |
| 9° ANO | 28 |
| TOTAL | 123 |

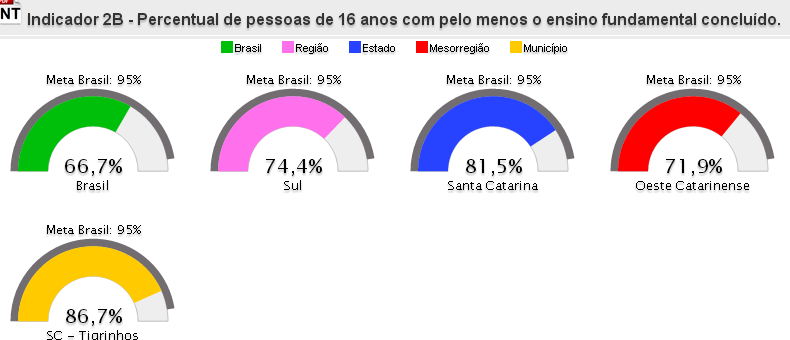
Fonte: Secretaria Municipal de Educação

É visível o maior número de matrículas na turma do 7º ano do ensino fundamental, com 42 alunos, já a turma de 6º ano apresenta o menor número de alunos, sendo 20.

Figura 9: Número de Alunos Matriculados no Ensino Fundamental na Rede Estadual

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

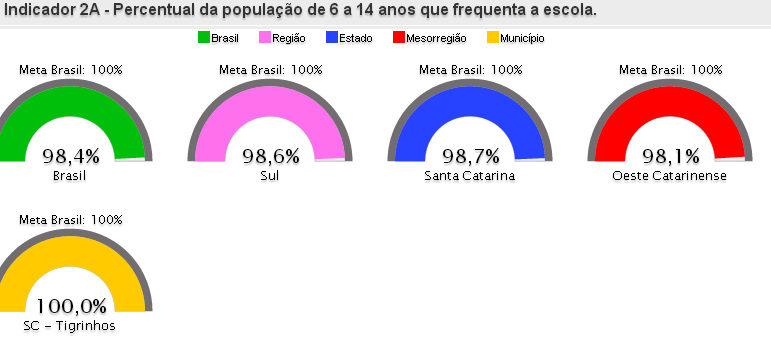
O percentual da população de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental Completo é de 86,7%.

Figura 10: Percentual da População de 16 Anos com pelo Menos o Ensino Fundamental Concluído

Fonte: MEC/SIMEC [[19]](#footnote-19)

Segundo o MEC/SIMEC, o percentual da população de 6 a 14 anos que frequentava a escola de Ensino Fundamental no município de Tigrinhos é 100%.

Figura 11: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a Escola



Fonte: MEC/SIMEC [[20]](#footnote-20)

De acordo com o censo IBGE/2010, o número de crianças nas idades de 6 e 14 anos, era de 239 crianças, na Rede Municipal e Estadual de Ensino o número de matriculas diminuiu conforme o número da população para essa faixa etária, mas atende toda a demanda com 100% frequentando a escola.

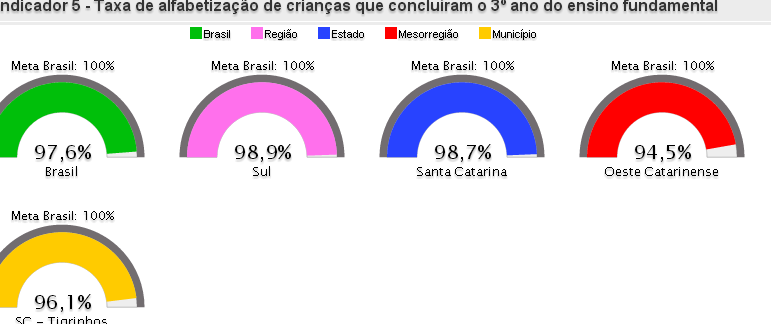
Tabela 14: Número de Crianças Matriculadas nas Idades de 6 e 14 anos em 2011 a 2015

|  |  |
| --- | --- |
| Número de Crianças Matriculadas | |
| Ano | Idade de 6 a 14 |
| 2011 | 224 |
| 2012 | 233 |
| 2013 | 237 |
| 2014 | 217 |
| 2015 | 243 |

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[21]](#footnote-21)

De acordo com dados apresentados acima, a taxa da população de 6 a 14 anos que frequentava a escola no ano de 2010 era de 100%, sendo assim o município já tem alcançado a meta 2 que é de Universalizar, o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, mas ainda precisa garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE, pois apenas 86,7%, população de 16 anos tem pelo menos o Ensino Fundamental Completo.

O município desenvolve a capacitação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa-PNAIC e no prazo de vigência do PNE tem como objetivo atender a meta 5 que é Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, de acordo com censo do MEC/SIMEC, o percentual da população de crianças que concluíram o Ensino Fundamental foi de 96,1% da população.

Figura 12: Taxa de Alfabetização de Crianças que Concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental

Fonte: MEC/SIMEC [[22]](#footnote-22)

As Unidades Escolares do Município de Tigrinhos participam das avaliações previstas pelo Ministério da Educação, sendo uma delas Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)[[23]](#footnote-23), a qual é direcionada para as unidades escolares e os estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática.

Anualmente os alunos das turmas do segundo ano, dos anos iniciais, do Ensino Fundamental realizam a Provinha Brasil[[24]](#footnote-24) a qual é um instrumento pedagógico, sem finalidades classificatórias, que fornece informações sobre o processo de alfabetização e de matemática aos professores e gestores das redes de ensino, e conforme Portaria Normativa nº 10, de 24 de abril de 2007.

O desenvolvimento dessas atividades e avaliações contribui para atingir a meta sete do PNE, que é fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias previstas no IDEB para o município de Tigrinhos.

Apresenta-se o resultado do IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos iniciais, nas turmas de 4ª série/ 5º ano na Rede Municipal de Ensino de Tigrinhos, na Unidade Escolar CE. Professor Ivo Luiz Honnef, percebe-se que o índice vem aumentado a cada realização das provas.

Tabela 15: Resultado do IDEB – Ensino Fundamental-Rede Municipal

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | **http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1images/spacer.gif** | **Ideb Observado** | | | | | **Metas Projetadas** | | | | | | | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **Municípiohttp://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2005http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2007http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2009http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2011http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2013http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2007http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2009http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2011http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2013http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2015http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2017http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2019http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2021http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | | CE. PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF |  | 3.8 | 5.3 | 5.5 | 5.7 |  | 4.0 | 4.3 | 4.6 | 4.9 | 5.2 | 5.5 | 5.7 | |

Fonte:INEP[[25]](#footnote-25)

Na rede Estadual de Ensino, na Unidade Escolar EEB Osvaldo Ferreira De Mello, os resultados do IDEB, para os anos finais do Ensino Fundamental nas turmas 8ª série / 9º ano, também estão aumentando a cada realização das avaliações.

Tabela 15: Resultado do IDEB – Ensino Fundamental-Rede Estadual

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | **http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1images/spacer.gif** | **Ideb Observado** | | | | | **Metas Projetadas** | | | | | | | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **Municípiohttp://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2005http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2007http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2009http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2011http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2013http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2007http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2009http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2011http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2013http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2015http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2017http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2019http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | **2021http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1org.richfaces.renderkit.html.iconimages.DataTableIconSortNone/DATB/eAFjYGD4-PEjAAWsAtQ_** | | EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO |  |  | 4.3 | 3.9 | 4.0 |  |  | 4.4 | 4.7 | 5.0 | 5.3 | 5.5 | 5.8 | |

Fonte:INEP[[26]](#footnote-26)

Com a visualização das tabelas anteriores, do IDEB Observado, e as Metas Projetadas, percebe-se que as Unidades Escolares, compreendidas pelas redes Estadual e Municipal de ensino, no que tange aos índices estabelecidos pelo IDEB, já foram atingidos. Considerando que PME é para o período de 10 anos, os investimentos financeiros necessários para desenvolver Educação com mais qualidade, por isso a importância da meta vinte do PNE, que é de ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB(Produto Interno Bruto) ao final do decênio, seja efetivada.

Na tabela abaixo, podemos perceber que na Unidade Escolar CE. Professor Ivo Luiz Honnef a taxa de aprovação no ano de 2012 foi de 100%, o que mostra que não houve reprovação, já no ano letivo de 2014, no Ensino Fundamental, nos anos iniciais o índice de aprovação foi de 93,58%.

Tabela 18: Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental-Rede Municipal

| **Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 85.2 | 86.6 | 83.4 | 88.2 |  |
| Estado | 91.1 | 93.1 | 94.7 | 93.8 |  |
| Município | 89.7 | 97.7 | 94.7 | 92.1 |  |
| **Escola (CE PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF)** | **89.7** | **97.7** | **97.5** | **100** |  |

Fonte: PDE Interativo[[27]](#footnote-27)

Na tabela abaixo, podemos perceber que na Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino na EEB.Osvaldo Ferreira de Mello a taxa de aprovação no ano de 2012 foi de 84,2%, no total de 121 alunos.

Tabela 19: Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental-Rede Estadual

| **Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 85.2 | 86.6 | 83.4 | 88.2 |  |
| Estado | 91.1 | 93.1 | 94.7 | 93.8 |  |
| Município | 89.7 | 97.7 | 94.7 | 92.1 |  |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **94.2** | **95.2** | **91.3** | **84.2** |  |

Fonte: PDE Interativo[[28]](#footnote-28)

No ano letivo de 2012 a taxa a reprovação no Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, na Unidade Escolar CE Professor Ivo Luiz Honnef foi de 0%.

Tabela 20: Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental-Rede Municipal

| **Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |
| Brasil | 11.1 | 10.3 | 12.4 | 9.1 |
| Estado | 8.1 | 6.1 | 4.4 | 5.4 |
| Município | 8.9 | 2.3 | 4.4 | 12.3 |
| **Escola (CE PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF)** | **8.9** | **2.3** | **2.5** | **0** |

Fonte: PDE Interativo[[29]](#footnote-29)

Em 2014, o índice de reprovação foi de 6,42%, aumentando em comparação ao ano de 2012 que foi de 0%.

O índice de reprovação no Ensino Fundamental na Rede Estadual de Ensino, na EEB Osvaldo Ferreira de Mello no ano de 2012 foi de 14,20%.

Tabela 21: Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental-Rede Estadual

| **Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |
| Brasil | 11.1 | 10.3 | 12.4 | 9.1 |
| Estado | 8.1 | 6.1 | 4.4 | 5.4 |
| Município | 8.9 | 2.3 | 4.4 | 12.3 |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **5.8** | **3.2** | **6.8** | **14.2** |

Fonte: PDE Interativo[[30]](#footnote-30)

No ano letivo de 2014, o índice de reprovação no Ensino Fundamental na Rede Estadual de Ensino, na EEB Osvaldo Ferreira de Mello, de um total de 108 alunos foi de 18,51%, o que percebe-se que a taxa de reprovação aumentou de 14,20% do ano de 2012 para 18,51% em 2014.

Referente ao índice de abandono escolar na Rede Municipal de Ensino, na Unidade Escolar CE. Professor Ivo Luiz Honnef, em 2012 foi de 0%.

Tabela 22: Taxa de Abandono do Ensino Fundamental-Rede Municipal

| **Taxa de Abandono do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 3.7 | 3.1 | 4.2 | 2.7 |  |
| Estado | 0.8 | 0.8 | 0.9 | 6.9 |  |
| Município | 1.4 | 0 | 0.9 | 0.3 |  |
| **Escola (CE PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF)** | **1.4** | **0** | **0** | **-** |  |

Fonte: PDE Interativo[[31]](#footnote-31)

No ano letivo de 2014, o índice Abandono do Ensino Fundamental também foi de 0%. Na rede Estadual de Ensino o índice Abandono do Ensino Fundamental, em 2012 conforme tabela abaixo foi de 0%, na Unidade escolar EEB Osvaldo Ferreira De Mello.

Tabela 23: Taxa de Abandono do Ensino Fundamental-Rede Estadual

| **Taxa de Abandono do Ensino Fundamental (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 3.7 | 3.1 | 4.2 | 2.7 |  |
| Estado | 0.8 | 0.8 | 0.9 | 6.9 |  |
| Município | 1.4 | 0 | 0.9 | 0.3 |  |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **0** | **1.6** | **1.9** | **-** |  |

Fonte: PDE Interativo[[32]](#footnote-32)

No ano letivo de 2014, a taxa de Abandono do Ensino Fundamental foi de 0,0%.

No município de Tigrinhos a taxa de abandono escolar no ano de 2012 e 2014, conforme dados apresentados acima, na rede municipal e estadual de ensino foi de 0,0%, tanto para os anos iniciais como para os finais do ensino fundamental.

Conforme dados do censo escolar nos anos 2013 e 2014 podemos perceber a distorção série- idade nas Unidades escolares de Ensino, no Ensino Fundamental.

Tabela 24: Distorção Série - Idade nas Unidades Escolares de Ensino, no Ensino Fundamental.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade escolar | Ensino fundamental anos iniciais | | Ensino fundamental anos finais | |
| CE.Professor Ivo Luiz Honnef | Ano 2013 | Ano 2014 | Ano 2013 | Ano 2014 |
| 23,2% | 5,50% |  |  |
| EEB.Osvaldo Ferreira de Mello |  |  | 7,96% | 6,48% |

Fonte: Censo Escolar[[33]](#footnote-33)

De acordo com dados do censo escolar, em 2014 na rede municipal de ensino no CE. Professor Ivo Luiz Honnef , a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental nos anos iniciais foi de 23,2% maior que o ano de 2013, sendo de 5,50%.

Na rede estadual de Ensino na Unidade Escolar EEB.Osvaldo Ferreira de Mello a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental nos anos finais em 2013 foi de 7,96% maior que o ano de 2014, sendo de 6,48%.

2.2.1.3 Ensino Médio

O Ensino Médio é dever prioritário dos Estados é a última etapa e obrigatória da Educação Básica, conforme artigo 35 da LDB:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. ( BRASIL,1996)

A rede estadual de ensino também oferece o Ensino Médio, onde para facilitar e dar oportunidade de acesso ao meio escolar é oferecido nos turnos vespertino e noturno e é dividido em três anos, sendo o primeiro, o segundo e o terceiro.

Tabela 25: Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio

|  |  |
| --- | --- |
| MODALIDADE/ENSINO MÉDIO | ALUNOS |
| 1° ANO | 25 |
| 2ºANO | 26 |
| 3°ANO | 17 |
| TOTAL | 68 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Os alunos matriculados do Ensino Médio são divididos em dois turnos: vespertino e noturno.

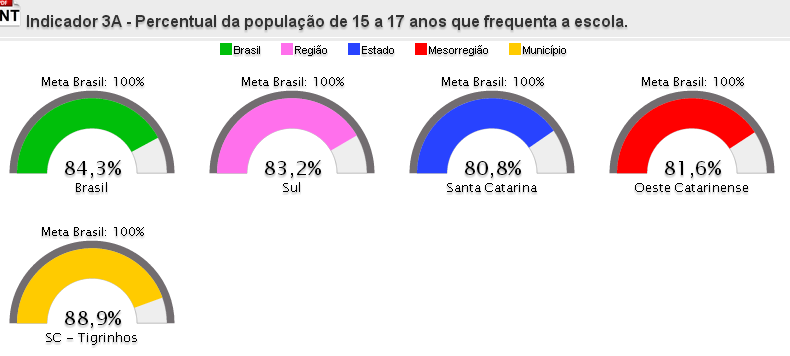
Tabela 26: Número de Alunos Matriculados no Ensino Médio por Turno

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| MODALIDADE | NÚMERO DE ALUNOS | TURNO | MODALIDADE | NÚMERO DE ALUNOS | TURNO |
| 1ºANO 101 | 14 | VESPERTINO | 1º ANO 102 | 11 | NOTURNO |
| 2ºANO 201 | 11 | VESPERTINO | 2º ANO 202 | 15 | NOTURNO |
| 3ANO 301 | 10 | VESPERTINO | 3ª ANO 302 | 07 | NOTURNO |
| TOTAL | 35 | VESPERTINO | TOTAL | 33 | NOTURNO |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Segundo o MEC/SIMEC o percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava a escola de Ensino Médio no município de Tigrinhos era de 88,9%.

Figura 13: Percentual da População de 15 a 17 anos que frequenta a escola



Fonte: MEC/SIMEC [[34]](#footnote-34)

O número da população nas idades de 15 e 17 anos, no censo IBGE/2010 era de 108 pessoas e ao analisar a tabela abaixo nota-se que o número de matriculas no ensino é menor referente ao número da população.

Tabela 27: Número de Matriculas no Ensino nas Idades de 15 a 17 Anos

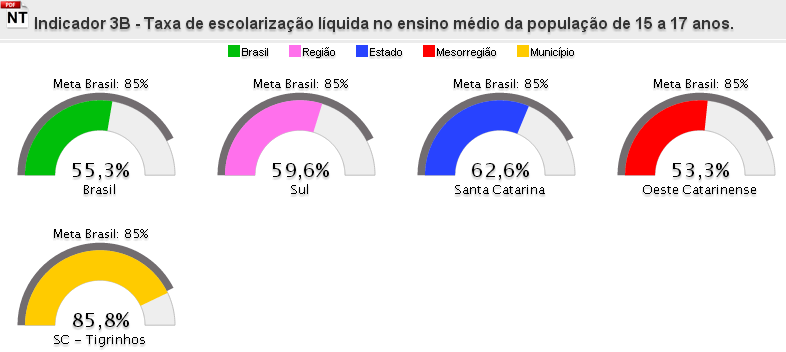
|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Idade de 15 a 17 |
| 2010 | 78 |
| 2011 | 71 |
| 2012 | 70 |
| 2013 | 72 |
| 2014 | 78 |
| 2015 | 68 |

Fonte: INEP/ Censo Escolar e Secretaria Municipal de Educação [[35]](#footnote-35)

Por tanto, o percentual da população entre 15 e 17 anos que frequentava o Ensino Médio era de 88,90%, segundo IBGE/2010e PNAD/2013, e 11,10% da população entre 15 e 17 anos não frequentam o Ensino Médio, neste sentido a meta 3 do PNE, que é universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), conforme dados de 2010 a meta já está superada, mas considerando que o PME é para dez anos é preciso desenvolver estratégias para manter a meta.

Segundo dados do MEC/SIMEC, a taxa liquida de escolarização no ensino médio da população de 15 a 17 anos é de 85,8%.

Figura 14: Taxa de Escolarização Liquida no Ensino Médio da População de 15 a 17 Anos



Fonte: MEC/SIMEC [[36]](#footnote-36)

## Podemos visualizar em seguida o percentual da população de 15 a 17 que frequenta e não frequenta o ensino médio, bem como a taxa líquida de matrícula no ensino médio.

## Figura 15: Percentual da População de 15 A 17 Que Frequenta e não Frequenta o Ensino Médio e a Taxa Líquida de Matrícula.

Fonte: MEC/SIMEC [[37]](#footnote-37)

O resultado do IDEB do ensino Médio no ano de 2013 atingiu a media 5.0, que contribui com a meta sete do PNE, a qual destaca a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias previstas no IDEB é a partir de estratégias a equipe busca desenvolver atividades que contribuem para alcançar resultados positivos.

Tabela 28: Nota Padronizada (IDEB) - Ensino Médio

| **Ano** | **Total** |
| --- | --- |
| 2005 | 0 |
| 2007 | 4,3 |
| 2009 | 0 |
| 2011 | 4,4 |
| 2013 | 5 |

Fonte: Observatório PNE[[38]](#footnote-38)

Segue abaixo os resultados do ENEM da rede Estadual de Ensino, sendo que os alunos concluintes do Ensino Médio matriculados no ano de 2013 foi de 20 alunos, participantes no ENEM foram 13 alunos, a taxa de participação foi de 65%, e o resultado e Proficiências médias em Ciências da Natureza foi de 450,11, Ciências Humanas foi de 478,65, em Linguagens e Códigos 465,62, em Matemática 465,92, na Redação foi de 458,46. Já a Distribuição percentual dos participantes por faixa de desempenho.

Tabela 29: Desempenho ENEM –Ensino Médio

|  |  |
| --- | --- |
| Desempenho na redação | |
| Menor que 500 | 69,23% |
| 500,00 - 599,99 | 15,38% |
| 600,00 - 699,99 | 7,69% |

| **Faixa de desempenho** | **Ciências da Natureza** | **Ciências Humanas** | **Linguagens e Códigos** | **Matemática** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Menor que 450 | 53,85% | 46,15% | 38,46% | 46,15% |
| 450,00 - 549,99 | 46,15% | 38,46% | 46,15% | 38,46% |
| 550,00 - 649,99 | 0,00% | 15,38% | 15,38% | 7,69% |
| 650,00 - 749,99 | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 7,69% |
| Igual ou maior que 750,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

Fonte: INEP[[39]](#footnote-39)

## Verificando os dados apresentados anteriormente, o percentual da população entre 15 e 17 anos que frequentava o Ensino Médio, era compreendida em 88,90%, segundo o MEC/SIMEC, é de 11,10% o percentual da população entre 15 e 17 anos que não frequentava o Ensino Médio. Por essa razão, os investimentos financeiros possibilitam desenvolver o Ensino Médio com mais qualidade, por isso é importante que a meta vinte do PNE, que é de ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, seja efetivada.

## No Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino no ano de 2012, a taxa de aprovação de um total de 71 matriculados foi de 84%.

Tabela 30: Taxa de Aprovação do Ensino Médio

| **Taxa de Aprovação do Ensino Médio (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 77.2 | 77.2 | 77.4 | 78.7 |  |
| Estado | 83.7 | 82.5 | 84.5 | 83 |  |
| Município | - | - | 89.9 | 89.3 |  |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **90.4** | **88.6** | **89.9** | **84** |  |

Fonte: PDE Interativo[[40]](#footnote-40)

Em 2014 de um total de 72 alunos o índice de aprovação foi de 82%, nota-se que conforme o percentual apresentado no ano de 2014 o índice diminuiu em relação ao ano de 2012.

No Ensino Médio no ano de 2012 a tabela abaixo, mostra que o índice de reprovação foi de 8% e no ano letivo de 2014 de um total de 72 alunos matriculados o índice de reprovação foi de 18%, aumentando em comparação ao ano de 2012, que foi de 8%.

Tabela 31: Taxa de Reprovação do Ensino Médio

| **Taxa de Reprovação do Ensino Médio (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 12.6 | 12.5 | 13.1 | 12.2 |  |
| Estado | 9.5 | 10.4 | 7.5 | 10.1 |  |
| Município | - | - | 5.1 | 5.7 |  |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **7.4** | **6.8** | **5.1** | **8.0** |  |

Fonte: PDE Interativo[[41]](#footnote-41)

A reprovação sempre é uma constante preocupação em todas as escolas, pois vem ao encontro dos interesses familiares, docentes, administrativos, pedagógicos e envolvem toda uma caminhada em um ano letivo, mas muitas vezes não é possível negar que ela acontece e sim é necessário trabalhar com a situação, fazer uma reflexão sobre o assunto que exige atenção e uma visão crítica sobre a escola e sobre o sistema escolar presente na sociedade.

A reprovação não deve ser entendida como uma forma de exclusão em nossas escolas, a escola deve ser um lugar onde os alunos possam sanar suas dúvidas, ampliar seus conhecimentos e aprender aquilo que não sabem, pois é para isso que vão até ela.

A escola precisa ajudar os alunos com mais dificuldades para que este não se sinta excluído do processo.

A tabela a seguir demonstra que no Ensino Médio, na Unidade escolar EEB Osvaldo Ferreira De Mello, o índice Abandono em 2012 foi de 8%, sendo que em 2014 foi de 15,27%.

Tabela 32: Taxa de Abandono do Ensino Médio

| **Taxa de Abandono do Ensino Médio (em %)** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |  |
| Brasil | 11.5 | 10.3 | 9.5 | 9.1 |  |
| Estado | - | - | 8 | - |  |
| Município | - | - | 5 | 5 |  |
| **Escola (EEB OSVALDO FERREIRA DE MELLO)** | **2.2** | **4.6** | **5** | **8** |  |

Fonte: PDE Interativo[[42]](#footnote-42)

O abandono escolar também é preocupante para o bom andamento da educação e com auxilio do Conselho Tutelar e Programa Apoia, o número de abandono vem reduzindo e quase não acontece no município de Tigrinhos.

O abandono escolar que é o afastamento do aluno da escola acontece por vários motivos, tais como: situação econômica da família; falta de vagas nas escolas; distância da escola; problema de relacionamento entre professor e aluno; gravidez precoce; falta de interesse e de incentivo dos pais e da própria escola, entre outros.

O abandono escolar no município ocorre com mais frequência no Ensino Médio, sendo na maioria trabalhadores de período integral. Muitos deles se veem obrigados a deixar a escola ainda muito precoce, para ajudar na renda familiar. Como lhes falta a cobrança dos pais em relação ao estudo e até a necessidade de uma maior motivação, esses alunos acabam por apresentar um baixo rendimento e, futuramente o abandono escolar.

No município de Tigrinhos a taxa de abandono escolar no ano de 2012, no ensino médio, foi de 8% e em 2014 foi de 15,27%, aumentando significativamente o percentual.

Tabela 33:Taxa de Abandono em Tigrinhos nos Ano de 2012 e 2014

|  |  |
| --- | --- |
| **TAXA DE ABANDONO EM TIGRINHOS NOS ANO DE 2012 E 2014** | |
| ANO | ENSINO MÉDIO-REDE ESTADUAL |
| 2012 | 8% |
| 2014 | 15,27% |

Fonte: PDE Interativo e Secretaria Municipal de Educação[[43]](#footnote-43)

Conforme dados abaixo, do censo escolar anos 2013 e 2014 podemos perceber a distorção série idade no Ensino Médio diminuiu de 2013 para 2014.

Tabela 34:Taxa de Distorção Série-Idade m Tigrinhos nos Ano de 2012 e 2014

|  |  |
| --- | --- |
| Distorção Série-Idade | |
| Ensino médio | |
| Ano 2013 | Ano 2014 |
| 8,57% | 6,94% | |

Fonte:INEP/Censo Escolar[[44]](#footnote-44)

A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi de 8,57% em 2013 maior que de 2014, sendo 6,94%

2.2.2 Modalidades da Educação Básica

O Município de Tigrinhos, por ser um município de pequeno porte, oferece no município as modalidades que apenas possuem demanda infraestrutura e condições de funcionamento, algumas modalidades são oferecidas em municípios vizinhos.

2.2.2.1 Educação Especial

**Pontos relevantes para a Educação Especial são evidenciados na** Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.  [(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil **(**BRASIL, 1996).

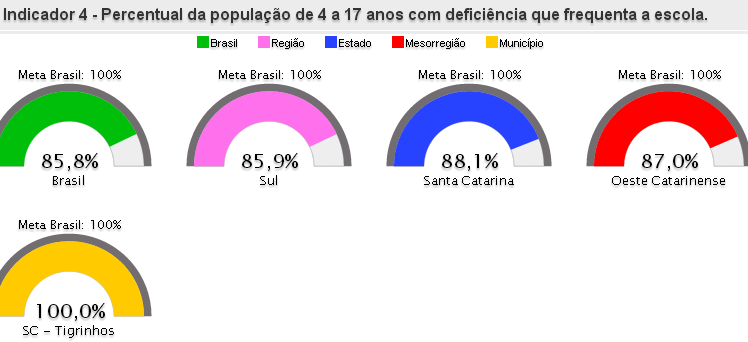
Os sistemas de ensino devem garantir atenção a Educação Especial, segundo a LDB, conforme destaca o artigo 59:

Assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular**(**BRASIL,1996).

Destaca-se que as Unidades Escolares estão adequadas as condições de acessibilidade, considerando que conforme a necessidade da demanda as Unidades Escolares também buscarão oferecer condições adequadas de acessibilidade.

O percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, de acordo com dados do MEC/SIMEC que frequentava a escola, no município de Tigrinhos era de 100%.

Figura 16: Percentual da População de 4 A 17 Anos dom Deficiência que Frequenta a Escola, no Município de Tigrinhos.



Fonte: MEC/SIMEC [[45]](#footnote-45)

Atualmente o município oferece atendimento para os estudantes com necessidades especiais, no ensino regular na Escola Estadual EEB. Osvaldo Ferreira de Mello e na escola municipal CE. Professor Ivo Luiz Honnef, frequentando também a escola Especial Apae no município de Maravilha, no contra turno do ensino regular.

Ao observarmos a Tabela 35, podemos perceber o número de estudantes com Necessidades Especiais que frequentam o Ensino Regular no município de Tigrinhos.

Tabela 35: Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Classes Especiais** | | **Escolas Exclusivas** | | **Classes Comuns** | |
| 2007 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 6 |
| 2008 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 2 |
| 2009 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 3 |
| 2010 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 9 |
| 2011 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 8 |
| 2012 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 5 |
| 2013 | 0% | 0 | 0% | 0 | 100% | 4 |

Fonte: Observatório PNE[[46]](#footnote-46)

A meta quatro do PNE, que é universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, esta prevista no PME, considerando que este é previsto para dez anos

Considerando que a Educação Especial, precisa de atendimentos especializados, tanto nas Unidades Escolares com inclusão no ensino regular, como nas unidades escolares que oferecem ensino especializado, os recursos financeiros tornam-se imprescindíveis, e a meta vinte é muito importante, pois a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e,no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio irá contribuir para a melhorar o atendimento da educação especial.

2.2.2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação destaca no artigo 37:

[...] que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.§ 3oA educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). (BRASIL, 1996)

## Em Tigrinhos acontece a Alfabetização de Jovens e Adultos, através do Programa Santa Catarina Alfabetizada, e em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado.

A tabela permitem visualizar o numero de beneficiários que frequentaram o Programa Santa Catarina Alfabetizada, e em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado, no município de Tigrinhos, entre os anos 2008 a 2014.

Tabela 36: Quantidade de Alfabetizados já Beneficiados pelo Programa Brasil Alfabetizado por Ano no Município de Tigrinhos

|  | | |
| --- | --- | --- |
| **Mês/Ano** | **Total** |  |
|
| **Alfabetizando(s)** |
| **Dezembro/2008** | **10** |
| **Outubro/2009** | **13** |
| **Setembro/2010** | **8** |
| **Abril/2014** | **7** |
| **Total Geral** | **38** |
| FONTE: SBA/SECADI | | |

Fonte: MEC/SIMEC[[47]](#footnote-47)

O Município em seu sistema de ensino não oferece cursos e exames supletivos, mas interessados frequentam nos municípios vizinhos, em especial em no município de Maravilha que oferecem essa modalidade de ensino, por isso a meta dez do PNE antecipa a oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, neste caso Tigrinhos oferece essa modalidade de ensino em outros municípios.

De acordo com a fonte IBGE/2010, o município de Tigrinhos apresenta conforme tabela abaixo um total de 2% de analfabetismo na população de 10 a 15 nos de idade e de 13% de analfabetismo na população de 15 anos ou mais.

Tabela 37: Taxa de analfabetismo do Município de Tigrinhos

|  |  |
| --- | --- |
| **Taxa de analfabetismo** | |
| **População de 10 a 15 anos** | **População de 15 anos ou mais** |
| 2.00 | 13.90 |

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010[[48]](#footnote-48)

Ao analisar a tabela acima, conclui-se que é preciso conscientizar a população da importância do estudo e criar estratégias para melhorar o índice de analfabetismo no município.

A meta oito do PNE é a elevação da escolaridade/Diversidade para a população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Conforme MEC/SIMEC tabelas 38, 39, 40 e 41 apresentam um comparativo da escolaridade da população de 18 a 29 anos de Tigrinhos entre Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Oeste Catarinense.

Tabela 38: Escolaridade Média da População de 18 (Dezoito) a 29 (Vinte E Nove) Anos no Município de Tigrinhos/SC

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | Escolaridade Média / Anos |
| Brasil | 9,8 |
| Sul | 10,2 |
| Santa Catarina | 10,4 |
| Oeste Catarinense | 9,7 |
| Tigrinhos | 9,9 |

Fonte: MEC/SIMEC [[49]](#footnote-49)

Tabela 39: Escolaridade Média da População de 18 a 29 Anos Residente em Área Rural.

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | Escolaridade Média / Anos |
| Brasil | 7,8 |
| Sul | 9,1 |
| Santa Catarina | 10,4 |
| Oeste Catarinense | 8,7 |
| Tigrinhos | 9,4 |

Fonte: MEC/SIMEC [[50]](#footnote-50)

Tabela 40: Escolaridade Média da População de 18 29 Anos Entre os 25% Mais Pobres.

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | Escolaridade Média / Anos |
| Brasil | 7,8 |
| Sul | 8,3 |
| Santa Catarina | 8,8 |
| Oeste Catarinense | 7,6 |
| Tigrinhos | 8,1 |

Fonte: MEC/SIMEC [[51]](#footnote-51)

Tabela 41: Razão Entre a Escolaridade Média da População Negra e da População Não Negra de 18 a 29 Anos.

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | INDICE |
| Brasil | 92,2% |
| Sul | 89,7% |
| Santa Catarina | 91,3% |
| Oeste Catarinense | 78,5% |
| Tigrinhos | 91,7%% |

Fonte: MEC/SIMEC [[52]](#footnote-52)

Nas tabelas 42 e 43 visualizamos a Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade e a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade no município de Tigrinhos, de acordo dados do MEC/SIMEC.

Tabela 42: Taxa de Alfabetização da População de 15 Anos de Idade ou Mais.

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | INDICE |
| Brasil | 91,5% |
| Sul | 95,4% |
| Santa Catarina | 96,5% |
| Oeste Catarinense | 94,1% |
| Tigrinhos | 89,7% |

Fonte: MEC/SIMEC[[53]](#footnote-53)

Tabela 43: Taxa de Analfabetismo Funcional da População de 15 Anos de Idade ou Mais.

|  |  |
| --- | --- |
| REGIÃO | INDICE |
| Brasil | 29,4% |
| Sul | 26,5% |
| Santa Catarina | 22,4% |
| Oeste Catarinense | 23,5% |
| Tigrinhos | 26,3% |

Fonte: MEC/SIMEC[[54]](#footnote-54)

Ao analisar as tabelas acima, pode-se perceber que a meta nove do PNE, carece de estratégias para que a mesma seja atingida no PME, pois ela trata de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

2.2.2.3 Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica associa-se aos diversos níveis e modalidades de educação conforme LDB no Art. 39:

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.[(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)§ 1o  Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. [(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)§ 2o  A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: [(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; [(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)II – de educação profissional técnica de nível médio; [(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. [(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1)( BRASIL,1996)

O Município de Tigrinhos dispõe de uma Unidade de Ensino que oferece somente ensino médio Regular, sendo que não oferece cursos técnicos profissionalizantes, mas a população interessada frequenta em outros municípios vizinhos cursos de seus interesses.

Atualmente são cinco estudantes que frequentam em municípios circunvizinhos, em Unidades Escolares que oferecem cursos profissionalizantes, considerando que a meta onze do PNE busca triplicar as matrículas da educação profissional técnica, de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público e os recursos financeiros também asseguram o cumprimento dessa modalidade de ensino com ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio são de fundamental importância.

2.2.2.4 Educação em Tempo Integral

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, programa estratégico do PDE, foi aderido no Estado e no município em dezembro de 2007. Este Plano de Metas possui 28 diretrizes, dispostas em seu Artigo 2. Em relação a educação em tempo integral, a diretriz nº 7 aponta para a ampliação das possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular.

As Unidades de Ensino do Município não oferecem Educação em Tempo Integral, tendo em vista o baixo número de alunos, a demanda de alunos é oriunda da Zona Rural do Município e falta de Infra Estrutura física, mas o PNE, na meta seis busca oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos(as) da educação básica.

A falta de recursos financeiros também dificulta a oferta da Educação Integral no município, por isso ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio tornam-se imprescindível que a educação em Tempo Integral aconteça.

2.3 Educação Superior

O Município de Tigrinhos não possui Instituição de Ensino Superior, porém a população que deseja buscar mais qualificação frequenta Instituições nos Municípios de Maravilha, São Miguel do Oeste, Chapecó entre outros.

Em total de 25 alunos que concluíram o Ensino Médio em 2012, somente 20% ingressaram seus estudos no Ensino Superior, correspondendo ao um número de 5 alunos. Já no ano de 2013, de um total de 17 alunos que concluíram o Ensino Médio ingressaram no Ensino Superior 29,41%, sendo somente 5 alunos.

Ao analisarmos os dados acima citados percebe-se um baixo número de alunos concluintes do Ensino Médio ingressando no Ensino Superior e que o PME, busca atender a meta doze do PNE, que é articular, com a União e o Estado a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 40% (quarenta por cento) e a taxa líquida para 30% (trinta por cento) da população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Para a meta treze do PNE, que é articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, o PME prevê 20% (vinte por cento), sendo do total, no mínimo, 10% (dez por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano. O município necessita elaborar estratégias para que juntamente com a meta catorze do PNE, que trata de fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 10% mestres e 5% doutores, até ao final da vigência do Plano, ambas sejam alcançadas.

## 2.4 Profissionais da Educação Básica

Os Profissionais da Educação são contemplados pela legislação desde o ano 1988, na redação dado pela Constituição Federal, artigo 206:

Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

A Legislação também ampara os profissionais da Educação na LDB, no artigo 61:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1)I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)Parágrafo único.  A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: [(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1) (BRASIL, 1996)

O município de Tigrinhos através da Lei Complementar nº 014/2010, alterou e aprovou o Plano de Carreira, Cargos, Salários e Valorização para os Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal.

No município de Tigrinhos, na Educação Infantil no CEI. Proinfancia Criança Sorriso são 9 (nove) docentes que estão atuando sendo que destes 88,88% apresentam nível de pós graduação e 11,11% estão cursando ensino superior. E no Ensino fundamental no Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef são 13 (treze) docentes atuando e destes, temos um percentual de 92,31% dos docentes com pós graduação, 7,69% cursando ensino superior.

Tabela 44: Docentes Cursando Ensino Superior com Pós Graduação Concluída no Município de Tigrinhos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ESCOLAS** | **FORMAÇÃO ACADÊMICA** | |
| **CURSANDO ENSINO SUPERIOR** | **PÓS-GRADUAÇÃO** |
| ***CEI. PROINFANCIA CRIANÇA SORRISO*** | 11,11% | 88,88% |
| ***CE.PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF*** | 7,69% | 92,31% |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Na figura 17 podemos perceber que no CE.Professor Ivo Luiz Honnef, os docentes com pós-graduação é maior que no CEI.Proinfancia Criança Sorriso.

Figura 17: Porcentagem de Docentes Cursando Ensino Superior e com Pós-Graduação Concluída na Rede Municipal De Ensino De Tigrinhos.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Na rede estadual de Ensino na Escola de Educação Básica Osvaldo Ferreira de Mello temos no ano letivo de 2015, o seguinte número de docentes sendo no Ensino Fundamental nos Anos Finais 10 docentes, dos quais 10% possuem mestrado, 80% possuem pós-graduação e nenhum esta cursando ensino superior sendo que 100% possuem ensino superior. Já no Ensino Médio 53,84% possuem pós-graduação, 30,76% possuem graduação e temos 15,40% dos docentes cursando pós-graduação no Ensino Médio, como vemos na tabela:

## Tabela 45: Nível Acadêmico dos Docentes da Rede Estadual de Ensino

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO | | | | | |
| MODALIDADES | | NÚMERO DE DOCENTES | CURSANDO GRADUAÇÃO | GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO | MESTRADO |
| Ensino Fundamental | | 10 | 0% | 10% | 80% | 10% |
| Ensino médio | | 13 | 15,40% | 30,76% | 53,84% | 0% |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Ao analisarmos dados acima apresentados o município, busca através de estratégias atingir as metas do PNE, considerando que para a meta quinze do PNE, que é garantir em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades, obtenham formação específica, de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada, pois na rede estadual de ensino 15,40%, dos docentes estão cursando o ensino superior e na rede municipal de ensino, na Educação Infantil 11,11% estão cursando ensino superior e no ensino fundamental 7,89% cursam o ensino superior.

Referente a meta dezesseis do PNE, que é formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino, o município atualmente apresenta um percentual de 88,88%, de professores com a formação em pós-graduação na Educação Infantil, no Ensino Fundamental um percentual de 92,21% possuem pós-graduação e na Rede Estadual no Ensino Fundamental 80% dos professores possuem pós-graduação e no Ensino Médio 53,84% é percentual de professores com pós-graduação.

O município tem Plano de Cargos, Carreira e Valorização do Magistério, aprovado em Lei Municipal, haja vista que o PME é uma política para 10 anos, sempre que necessário e de acordo com as legislações vigentes, deverá ser revisto e adequado.

O valor do piso, de acordo com Plano de Carreira do Município de Tigrinhos, é reajustado todo mês de janeiro de cada ano, o qual é automático, concedido por decreto do Executivo, respeitando o que determinar a Legislação Nacional, que trata do Piso Nacional Salarial.

O Município de Tigrinhos realiza uma política de formação continuada, oferecendo capacitação permanente, bem como incentiva o desenvolvimento e a participação dos profissionais na educação continuada.

## 2.5 Gestão Democrática da Educação

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) aponta a gestão democrática no Art. 206. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, sendo o principio VI descreve sobre a  - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

No município de Tigrinhos a gestão democrática do ensino público na educação básica, conta com a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes, conforme prevê a LDB, nos artigos 14 e 15:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996)

A garantia e consolidação de uma gestão educacional democrática, conta com a participação dos Conselhos.

O município de Tigrinhos tem contado com atuação do Conselho Municipal de Educação (COMED) desde o ano de 1997, criado pela Lei Municipal nº. 072/1997, datado com dia 23 de junho de 1997, o COMED- Conselho Municipal de Educação, formado por doze membros, sendo seis titulares e seis suplentes e ambos devem ser representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Associação de Pais e Professores, dos Professores da Rede Municipal e Estadual de ensino, da secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e representante do corpo discente, o mandato de cada Conselho tem duração de dois anos. O Conselho Municipal de Educação é formado atualmente pelos seguintes membros presidente: Marizete Marafon Ganzer e vice-presidente: Iara Gohlke, secretária: Marcia Adriani de Oliveira e membros do conselho Fiscal: Claudia Rodrigues, Daiane Kutszepa Brambilla, Jerry Adriani Schirmer, Paulo Fernando Farinn, Elisa Delabary, Gleidson Marcos Neu, Euclides Edonir Dummer, Diuvana Kutszepa e Guilherme dos Santos,com mandato até o ano de 2016, nomeado pelo decreto nº. 023/2014 de 16 de abril de 2014.

Os membros do Conselho reúnem-se trimestralmente em reuniões ordinárias e também quando necessário e urgente em reuniões extraordinárias, o COMED tem seu regimento interno o qual contem orientações e objetivos a serem observados e atingidos.

Também para consolidar a Gestão Democrática o município conta com o Conselho do CACS-FUNDEB- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –CACS/ FUNDEB do Município de Tigrinhos – SC, Instituído pela Lei Municipal nº 426/2007, de 02 de MAIO de 2007 e Decreto nº 077/2013, de 30 de setembro de 2013.

O Conselho do CAE- Conselho de Alimentação Escolar, foi instituído pelo decreto n° 043/2014 de 26 de maio de 2014.

O Conselho da Municipal da Cultura foi instituído pelo decreto 058/2014 de 10 de julho de 2014.

As Unidades Escolares também trabalham de maneira democrática e contam com a participação das Associações de Pais e Professores, Conselho Escolar e Deliberativo e Grêmios Estudantis.

O município de Tigrinhos no PME, busca com estratégias assegurar a Meta 19 do PNE – Gestão Democrática com condições, de que no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Todos os Conselhos possuem elementos e bases para gestão democrática com espaços de encontro, discussão e trocas. São os conselhos deliberativos e consultivos, que através de reuniões e assembleias que definem e estabelecem os caminhos para a educação de qualidade, com participação de vários segmentos, constituídos com participação da sociedade civil.

A direção das escolas da rede Municipal e Estadual do município de Tigrinhos é ocupada por profissionais efetivos em suas respectivas redes e com habilitação na área da Educação

2.6 Financiamento da Educação

Segundo o PNE no artigo 5º se apresenta como acontecerá o financiamento do ensino:

§ 4o  O investimento público em educação a que se referem o [inciso VI do art. 214 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#art214vi) e a [meta 20 do Anexo desta Lei](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm#meta20) engloba os recursos aplicados na forma do [art. 212 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#art212) e do[art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#adctart60.), bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do [art. 213 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#art213).§ 5o  Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do [art. 212 da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#art212), além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no [inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#art214vi)(BRASIL, 2014)

Através de levantamento, estudo e balanço dos últimos 05 anos, no Município de Tigrinhos, comprovaram-se a aplicação dos recursos previstos e fixados em Lei.

Sabemos que o Município conta, atualmente fontes fixas de recursos públicos para Educação Escolar, sendo algumas delas PIB,FUNDEB, PDDE,PNAE e PNATE.

Tabela 46: Recursos Aplicados na Educação no Município de Tigrinhos entre os anos de 2010 e 2014

|  |  |
| --- | --- |
| **ANO** | **RECURSOS** |
| 2010 | 2.025.106,92 |
| 2011 | 1.828.707,15 |
| 2012 | 1.307.058,94 |
| 2013 | 1.916.878,21 |
| 2014 | 1.663.311,41 |

Fonte: Prefeitura de Tigrinhos/Departamento Financeiro

Com dados apresentados acima o município aproximadamente tem um gasto efetivo com o custo aluno qualidade ao ano, sem considerar as perdas dos recursos do FUNDEB, que são no ano de 2012 no valor de R$ 3.551,79 e no ano de 2014 apresentou aproximadamente o gasto com o custo aluno qualidade anual de R$ 3.922,90, ficando cada vez mais necessário o cumprimento da meta vinte do PNE, que é a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

**03 METAS E ESTRATÉGIAS**

**01 META**: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS:

1. Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
2. Promover, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.
3. Estabelecer, na vigência do plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches,priorizando a renda per capita
4. Manter e ampliar, em regime de colaboração entre Estado e União, programa de construção, ampliação e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.
5. Garantir a continuidade, da avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.
6. Manter e Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.
7. Manter o sistema de formação continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
8. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
9. Articular e implementar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
10. Manter as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
11. Dar continuidade ao acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
12. Os Municípios, com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
13. Incitar o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
14. Programar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Contribuir com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
  2. Fomentar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental;
  3. Implementar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
  4. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
  5. Ampliar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;
  6. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
  7. a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
  8. Impulsionar e manter a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
  9. Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades, quando existir demanda
  10. Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
  11. Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames municipal participação em eventos e concursos de âmbito estadual e nacional.
  12. Fortalecer e promover atividades, já existentes, de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional
  13. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.
  14. Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias
  15. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.
  16. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.
  17. Instigar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem
  18. Constituir programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

**META 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS:

* 1. Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais
  2. Colaborar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.
  3. Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
  4. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
  5. Colaborar com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.
  6. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.
  7. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.
  8. Criar programas de educação e cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.
  9. Manter a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.
  10. Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
  11. Programar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
  12. Buscar e incentivar a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.
  13. Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

**META 4**: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o ultimo dia de vigência desse Plano.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado
  2. Colaborar na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei n° 11.494/2007.
  3. Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
  4. Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas
  5. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.
  6. Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.
  7. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação
  8. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos
  9. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
  10. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude
  11. Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado
  12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.
  13. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues
  14. Contribuir, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete)anos
  15. Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.
  16. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

**META 5**: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental

ESTRATÉGIAS:

* 1. Garantir a estrutura dos processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental
  2. Colaborar na implementação dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
  3. Eleger, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
  4. Promover o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
  5. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.
  6. Amparar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, até o final da vigência do Plano

ESTRATÉGIAS:

* 1. Promover, com o apoio da União, do Estado a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola
  2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.
  3. Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.
  4. Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.
  5. Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, com participação efetiva da União e Estado, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino
  6. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.
  7. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.
  8. Assegurar, em regime de colaboração com união e o Estado a alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

**META 7:**  Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as medias previstas no IDEB para o município de Tigrinhos.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.
  2. Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

* 1. Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, um conjunto estadual de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino
  2. Instigar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
  3. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar
  4. Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos
  5. Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA
  6. Viabilizar transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.
  7. Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.
  8. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet
  9. Ampliar em regime de colaboração entre União, Estado e Município, programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde
  10. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.
  11. Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais
  12. Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.
  13. Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.
  14. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil
  15. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais
  16. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
  17. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
  18. Constituir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
  19. Promover, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.
  20. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem
  21. estabelecer, em regime de colaboração com União, Estado e Município, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
  22. Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal .

**META 8** : Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ESTRATÉGIAS:

* 1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
  2. Colaborar na implementação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.
  3. Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio.
  4. Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude
  5. Promover em regime de colaboração, a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

**META 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
  2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.
  3. Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.
  4. Colaborar na Implementação de ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.
  5. Executar ações de atendimento ao(à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;
  6. Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
  7. Colaborar na Implementação de programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.
  8. Colaborar na Implementação programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

**META 10:** Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.
  2. Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.
  3. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
  4. Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
  5. Assegurar a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
  6. Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
  7. Garantir, de forma conveniada com as demais esferas de governo, a alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.
  8. Garantir e efetivar com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

**META 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

* 1. Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.
  2. Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União e do Estado.
  3. Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade
  4. De forma conveniada com a União, Estado e Município, reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.
  5. Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.
  6. Desenvolver o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.
  7. Cooperar e expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial
  8. Colaborar implementação de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado e do Município.

**META 12:** Articular, com a União e o Estado a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 40% (quarenta por cento) e a taxa líquida para 30% (trinta por cento) da população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Mapear a demanda e fomentar o ingresso na educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.
  2. Adotar políticas de assistência estudantil com a participação da União e Estado para à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
  3. Colaborar no incentivo as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal
  4. Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social
  5. Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.
  6. Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado e do Município
  7. Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação em todas as áreas de ensino, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;
  8. Participar, com a União e o Estado da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

**META 13:** Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 20% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 10% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano

ESTRATÉGIAS:

* 1. Contribuir na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições.
  2. Fomentar, em articulação com a União, Estado e Município, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
  3. Promover, de forma articulada com a União e Estado, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.
  4. Promover, de forma articulada com a União e Estado, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

**META 14:** Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 10% mestres e 5% doutores, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Incentivar a participação em programas Federais de financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;
  2. Incentivar a participação em cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância
  3. Colaborar, em articulação com a União e Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.
  4. Adotar ,em parceria com a União e Estado políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.
  5. Aderir a programas de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

**META 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política Municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e os Municípios, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação
  2. Proferir com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.
  3. Valorizaras práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.
  4. Incentivar a participação em programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas
  5. Incentivar a participação em programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas
  6. Consolidar política de formação continuada prevista para o município.
  7. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

**META 16**: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios.
  2. Consolidar política estadual de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes estaduais, áreas prioritárias, instituições formadoras.
  3. Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

**META 17:** Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Garantir a participação do Fórum Permanente, no acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
  2. Instituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
  3. Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
  4. Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

**META 18**: Assegurar a permanência do plano de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.
  2. Assegurara realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.
  3. Manter nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.
  4. Manutenção e atualização do plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.
  5. Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.
  6. Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.
  7. Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

**META 19**: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União e do Estado, na área da educação, para os Municípios que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar
  2. Ampliar com efetiva participação em regime de colaboração entre os entes federados, os programas de apoio e formação aos (às)conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
  3. Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico aos Municípios para constituí-lo, com o intuito de: a) coordenar a conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano e dos planos municipais de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema estadual; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios; e) acompanhar, junto a Câmara de Vereadores , a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Estadual de Educação.
  4. Promover, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
  5. Incentivar, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.
  6. Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação
  7. Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.
  8. Manter comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.
  9. Fortalecer os conselhos de acompanhamento, controle social e fiscalização dos recursos da educação.

**META 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

* 1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional
  2. Colaborar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.
  3. Aprimorar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.
  4. Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.
  5. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público.
  6. Desenvolver, com apoio do setor de contabilidade da Administração do município, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.
  7. Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.
  8. Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação estadual.
  9. Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.
  10. Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.
  11. Buscar, junto a União, a complementação de recursos financeiros para os Estados, e aos Municípios que comprovadamente não atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.
  12. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
  13. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.
  14. Garantir em regime de colaboração entre os entes federados aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

**LISTA DE SIGLAS**

PNE-PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PME-PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PEE-PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

LDB-LEI DE DIRETRIZES E BASES

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICAS

PNAD-PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

CAQi-CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL

CAQ-CUSTO ALUNO QUALIDADE

PPA-PLANO PLURI ANUAL

LDO- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA

LOA-LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

COMED- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDH- INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IDMS- INDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

SES- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CACS- CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL

PIB- PRODUTO INTERNO BRUTO

FUNDEB- FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PDDE- PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

PNATE- PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR

PNAE- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PNAIC- PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

MEC- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

SIMEC- SISTEMA INTEGRADO DE EXECUSSÃO E CONTROLE

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

ANA- AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

IDEB- INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CE- CENTRO DE EDUCAÇÃO

CEI- CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

EEB- ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ENEM- EXAME NACIONAL DE ENSINO MÉDIO

SAEB- SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

FCEE- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CAE- CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>

BRASIL. **LDB da Educação Nacional:** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em 03/03/2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.%20Acesso%20em%2003/03/2015).

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Santa Catarina 2015/2015**- Versão Preliminar. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/ILHAWAY/Downloads/pee-sc-versao-preliminar-25-08-14.pdf. Acesso em: 04/03/2015.

SANTA CATARINA. **Dossiê Situação Educacional dos Municípios Catarinenses**. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

TIGRINHOS. **Plano Municipal de Educação de Tigrinhos**. Lei Municipal Nº 459/2007, de 05 de dezembro de 2007. Tigrinhos, SC.

1. Fonte: http://www.ibge.gov.br/ [↑](#footnote-ref-1)
2. Fonte: http://www.ibge.gov.br/ [↑](#footnote-ref-2)
3. http://www.ibge.gov.br/ [↑](#footnote-ref-3)
4. http://www.ibge.gov.br/ [↑](#footnote-ref-4)
5. http://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/codIbge/4217956/cod Município/266 [↑](#footnote-ref-5)
6. http://indicadores.fecam.org.br/indice/exportar-dados-municipio/codMunicipio/266 [↑](#footnote-ref-6)
7. http://indicadores.fecam.org.br/indice/exportar-dados-municipio/codMunicipio/266 [↑](#footnote-ref-7)
8. http://indicadores.fecam.org.br/indice/exportar-dados-municipio/codMunicipio/266 [↑](#footnote-ref-8)
9. http://indicadores.fecam.org.br/indice/exportar-dados-municipio/codMunicipio/266 [↑](#footnote-ref-9)
10. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-10)
11. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-11)
12. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-12)
13. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-13)
14. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-14)
15. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-15)
16. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-16)
17. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-17)
18. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-18)
19. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-19)
20. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-20)
21. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-21)
22. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-22)
23. http://download.inep.gov.br/educacao\_basica/saeb/ana/documento/2014/documento\_basico\_ana\_online\_v2.pdf [↑](#footnote-ref-23)
24. http://provinhabrasil.inep.gov.br/objetivos [↑](#footnote-ref-24)
25. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-25)
26. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-26)
27. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-27)
28. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-28)
29. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-29)
30. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-30)
31. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-31)
32. http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico\_1\_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico\_1\_2\_taxasderendimento [↑](#footnote-ref-32)
33. http://portal.inep.gov.br/ [↑](#footnote-ref-33)
34. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-34)
35. <http://portal.inep.gov.br/> [↑](#footnote-ref-35)
36. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-36)
37. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-37)
38. http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/dossie-localidades [↑](#footnote-ref-38)
39. http://portal.inep.gov.br/enem [↑](#footnote-ref-39)
40. <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico_1_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico_1_2_taxasderendimento> [↑](#footnote-ref-40)
41. <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico_1_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico_1_2_taxasderendimento> [↑](#footnote-ref-41)
42. <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico_1_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico_1_2_taxasderendimento> [↑](#footnote-ref-42)
43. <http://pdeinterativo.mec.gov.br/pddeinterativo/pddeinterativo.php?modulo=principal/diagnostico&acao=A&aba=diagnostico_1_indicadoresetaxas&aba1=diagnostico_1_2_taxasderendimento> [↑](#footnote-ref-43)
44. Portal.inep.gov.br [↑](#footnote-ref-44)
45. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-45)
46. http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/dossie-localidades [↑](#footnote-ref-46)
47. http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/4217956/captchadis/1 [↑](#footnote-ref-47)
48. http://www.ibge.gov.br/ [↑](#footnote-ref-48)
49. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-49)
50. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-50)
51. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-51)
52. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-52)
53. http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

    4http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php [↑](#footnote-ref-53)
54. [↑](#footnote-ref-54)